



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0010297-66.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Andrea Custodio da Silva**
 Requerido: **Delegado de Policia e Diretor da 26ª Ciretran de São Carlos Estado de São Paulo e outro**

CONCLUSÃO

Em 01 de agosto de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr^a. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

Vistos.

ANDREA CUSTODIO DA SILVA impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pelo Delegado da 26ª CIRETRAN, que lhe teria negado a renovação de Carteira Nacional de Habilitação - CNH, sem que tivessem sido esgotadas todas as instâncias administrativas para discussão do ato que determinou a suspensão de sua CNH e, portanto, estaria sendo punida antecipadamente, o que afronta seu direito de ampla defesa, mesmo na esfera administrativa.

A liminar foi deferida (fls. 23/23-verso).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo requereu a intervenção no feito (fls. 27).

Informações às fls. 32/54.

O Ministério Público declinou de se manifestar sobre o mérito e objeto do presente mandado de segurança por estar ausente o interesse público (fls. 56/57).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo foi admitida como assistente litisconsorcial (fls. 62).

Manifestação da FESP às fls. 64, pugnando pela denegação da segurança.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

O pedido não merece acolhimento.

O esgotamento da via administrativa não pode significar a protelação das medidas em tese cabíveis.

Sabe-se que, no que concerne às penalidades de trânsito, existem três níveis administrativos: a) delegado de trânsito; b) JARI; c) CETRAN. Há prazos, como em qualquer procedimento administrativo, que devem ser obedecidos. Não é porque o interessado peticiona de maneira avulsa perante um desses órgãos que o cumprimento da penalidade fica automaticamente obstado. Nessa lógica, nenhuma penalidade seria cumprida, pois a parte sempre poderia peticionar e, assim, retardar “*ad eternum*” a punição.

No caso em apreço, muito embora afirme a impetrante que o recurso administrativo encontrava-se pendente de julgamento, não é essa a situação verificada.

Com efeito, conforme informa a autoridade coatora, a impetrante, após tomar conhecimento do bloqueio de seu cadastro e da existência do processo administrativo, apresentou, em 25 de junho de 2009, sua defesa, que foi apreciada, com decisão desfavorável, em 16 de julho de 2009, sendo aplicada a suspensão da CNH por um mês. Decorrido algum tempo, atingiu, novamente, pontuação em sua habilitação, sendo notificada e tendo sua revelia decretada, em 03 de maio de 2010, por não ter apresentado recurso. Em 24 de maio de 2013, apresentou defesa escrita contra a penalidade de suspensão de sua CNH que foi novamente apreciada com decisão desfavorável, sendo imposta a suspensão de, também, um mês.

Os documentos juntados (fls. 49/54) dão respaldo às informações prestadas.

Embora a jurisprudência seja pacífica no sentido de que a pendência de recurso administrativo, nos casos de suspensão do direito de dirigir, impede qualquer restrição no prontuário do infrator, tal argumento não se aplica à hipótese dos autos, pois a defesa apresentada é intempestiva.

Assim, foram preenchidos todos os requisitos legais para a validade do ato administrativo praticado, em relação ao qual prevalece a presunção de legitimidade.

Desta forma, a impetrante não possui direito líquido e certo.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido e **DENEGO** a segurança, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.

Custas pela impetrante.

Revogo a liminar. Dê-se ciência à autoridade coatora.

Como consequência do aqui decidido, o impetrante deve entregar a sua CNH na CIRETRAN, devendo ser intimada para tanto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

Inexiste condenação em verba honorária, nos termos do artigo 25 da Lei 12.016/09.

P.R.I.C.

São Carlos, 26 de novembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**